

# Perspectivas para a Extensão Florestal na Zona do Pinhal Sul (Contribuição para a discussão)

Celestino Morais de Almeida\*



## 1. Introdução

O sector florestal em Portugal Continental assume uma grande importância no meio agrário nacional uma vez que cerca de um terço do continente se encontra ocupado por floresta. A floresta deve ser entendida como um factor beneficiador da qualidade do ambiente, protector e melhorador dos solos em que se encontra implantada. Além destas virtudes que por serem difíceis de contabilizar são por vezes menosprezadas, a floresta é sem dúvida um factor de desenvolvimento económico pelos produtos que dela se extraem. Estes produtos através dos diversos ramos de actividade florestal contribuem para o desenvolvimento económico das regiões em particular e do país em geral.

No entanto, a floresta portuguesa apresenta algumas particularidades que lhe são inerentes: a maior parte da floresta é privada e encontra-se fragmentada em propriedades de pequena dimensão, cujos donos, na sua maioria, se consideram descapitalizados e como tal pouco dispostos a intervir na floresta. É a estas características que normalmente é atribuída a responsabilidade do estado da floresta portuguesa, considerada subaproveitada, geradora de baixos rendimentos e desprovida de qualquer tipo de ordenamento (IF, 1994; DGF, 1992).

Com a perspectiva de integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia, foi definido

para a fase de adesão o Programa Especifico para o Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa (PEDAP), o qual incluía um subprograma afecto à floresta, o Programa de Acção Florestal (PAF) cujo período de implementação decorreu entre 1987 e 1993. Posteriormente à implementação do PAF, surgiram novos programas decorrentes da aplicação de programas Comunitários (CEE 2080 e PAMAF), os quais estão ainda em fase de implementação.

## 2. Zona do Pinhal - - caracterização breve da sua floresta

A Zona do Pinhal Sul compreende os concelhos de Sertã, Oleiros, Proença-a-Nova, Mação e Vila de Rei (Anexo 1). A floresta é, em termos de área, o sector mais representativo, ocupando 68.7% da área total da zona, sendo a restante área destinada principalmente à actividade agrícola (Tab. 1). Contudo, estes valores não representam as reais potencialidades florestais da região. De acordo com o Instituto Florestal (1994), cerca de mais de 20% da área poderia vir a ser florestada, o que conduziria a que cerca de 90% da área da região viesse a estar coberta por floresta.

Tab. 1 - Distribuição do uso do solo na Zona do Pinhal Sul

Utilização do solo	Área (ha)	Área (%)
Floresta	131 044	68.7
Agricultura	36 510	19.2
Incultos	17 780	9.3
Outros	5 334	2.8
Total	190 668	100

Fonte: Inventário Florestal, DGF 1985

Apesar da vasta cobertura florestal na região, constituindo uma mancha contínua de Pinheiro Bravo, das maiores da Europa, a floresta da região é caracterizada pela grande divisão da propriedade em pequenas e dispersas parcelas (Tab. 2).

Tab. 2 - Caracterização das explorações segundo as Classes de Terra Florestal

Classes de Terra Florestal	Zona do Pinhal	
	Nº	(%)
< 1 ha de Floresta	2711	24.52
1 < 2 ha de Floresta	2143	19.38
2 < 5 ha de Floresta	2986	27.01
5 < 10 ha de Floresta	1410	12.75
10 < 50 ha de Floresta	1013	9.16
> 50 ha de Floresta	94	.85
Sem área Florestal	698	6.31
Total	11055	100.00

Fonte: Almeida, (1995)

A floresta, embora sem absorver tanto tempo de trabalho dos proprietários como a agricultura, surge, na maioria dos casos, como a principal fonte de receita. Por outro lado, a agricultura é encarada como fonte de subsistência das famílias para efeitos de obtenção de produtos para autoconsumo, e geradora de alguma receita no caso de venda dos excedentes de produção em relação às necessidades de autoconsumo.

Contudo, verifica-se que com a crescente dificuldade de comercialização deste tipo de excedentes, cada vez mais os proprietários centralizam o seu interesse económico na actividade florestal.

A actividade florestal baseia-se fundamentalmente na exploração do Pinheiro Bravo (madeira e resina), espécie que é encarada como natural na região. O eucalipto surge como a segunda espécie de mais relevo, e como única a envolver investimento por parte dos proprietários. Relativamente à exploração destas duas espécies, parece haver concordância por parte dos proprietários de que para a exploração do pinheiro não têm falta de conhecimentos técnicos. O mesmo já não se passa com o eucalipto e outras potenciais espécies, ou seja, os proprietários manifestam desconhecimento de outras potenciais espécies para a região, bem como das técnicas de exploração das mesmas. Ora se o ordenamento florestal, bem como as medidas de

prevenção de incêndios passam pela implantação de espécies diferentes do pinheiro (não resinosas, ou folhosas), então impõem-se acções de informação e formação dos proprietários no sentido de os alertar e habilitar para o uso de outras espécies.

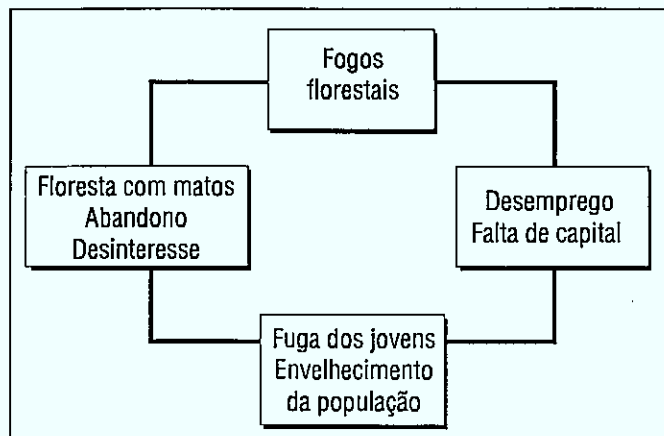


Fig. 1 - Factores problemáticos que condicionam o desenvolvimento florestal

Os problemas que mais afectam a actividade florestal são, segundo os proprietários, os fogos florestais e o desinteresse dos jovens pela actividade agrícola e florestal, o que conduz a uma fuga destes para as cidades. Estes dois aspectos poderão ser interrelacionados como que num círculo vicioso segundo o esquema da figura 1.

O resultado deste ciclo é o decréscimo da qualidade da floresta, a diminuição da área florestada e a desertificação da região.

Além dos factores estruturais, a actividade florestal é também afectada pelos factores demográficos e sociais, nomeadamente a avançada idade média dos proprietários, o seu baixo nível de formação e o baixo número de elementos activos do agregado familiar envolvidos em tarefas agrícolas ou florestais.

### 3. O Programa de Acção Florestal

A aplicação dos programas de apoio à floresta, decorrentes da nossa adesão à Comunidade Europeia, constituem a intervenção mais recente e significativa no sector florestal. Assim, relativamente à implementação do PAF, verificou-se a execução 67 projectos.

Estes projectos foram, praticamente todos, elaborados por técnicos projectistas de fora da região. A maior excepção a este caso, foram os oito projectos que os técnicos dos serviços do estado elaboraram para os agrupamentos de proprietários florestais (APF) que o solicitaram. Com a implementação destes 67 projectos, aplicou-se a globalidade das verbas que estavam atribuídas para a região. Pode-se ainda referir que não houve projectos que tivessem sido impossibilitados de implementar por falta de verbas. Contudo, houve cerca de 10% de

projectos que não foram aprovados por razões de natureza técnica.

Os serviços florestais desempenharam o papel de informar a comunidade sobre as condições de elegibilidade do programa, sobre a legislação envolvida, e outras informações, por forma a possibilitar aos proprietários poderem vir a auferir das ajudas financeiras em causa. Apesar disso, reconhece-se que o maior trabalho de divulgação e de "angariação" de proprietários interessados em proporem projectos, quer individualmente quer sob a forma de APF, foram os empreiteiros florestais. Estes acabaram por ter intervenção ao longo de todo o processo: divulgação, informação, elaboração do projecto e finalmente na sua implementação no terreno.

Como nos é dado a perceber pela tabela 3, a grande maioria dos projectos (70%) foram propostos por agrupamentos de proprietários constituídos para o efeito. Estes projectos eram, normalmente, de áreas superiores aos projectos apresentados individualmente.

Tab. 3 - Distribuição do número de projectos segundo o tipo de proponentes

Tipo de proponente	Projectos	(%)
Individual	20	30
Agrupamento de 2 a 10 indivíduos	25	37
Agrupamento de 10 a 30 indivíduos	2	3
Agrupamento de 30 a 50 indivíduos	9	14
Agrupamento mais de 50 indivíduos	11	16
Total	67	100

Fonte (Almeida, 1995)

Em termos de investimento financeiro na execução destes projectos, foram dispendidos cerca de 1,2 milhões de contos a fundo perdido, provenientes de fundos europeus e nacionais. Importa no entanto salientar que este investimento se verificou apenas a nível de estruturas, não tendo portanto sido feito qualquer investimento em acções de formação ou informação junto dos proprietários envolvidos, ou não, nos projectos antes, durante, ou depois da sua execução.

## 4. A actividade do Instituto Florestal

O quadro da administração florestal da Zona do Pinhal possuía até há menos de um ano apenas um técnico, alguns funcionários administrativos e guardas florestais. Sobre o técnico recaem, entre outros, todos os trâmites administrativos e burocráticos relativos à actividade florestal, à caça, à pesca, à prevenção e combate de incêndios e ao funcionamento da própria instituição. A este respeito, levanta-se a questão sobre que tipo de apoio poderá este técnico oferecer aos proprietários da região?...sem nos preocuparmos

muito com a resposta, poderemos referir que admissão de quadros técnicos será um dos pontos de partida para o desencadear de uma intervenção junto dos proprietários da região, com vista ao desenvolvimento florestal da mesma.

Apesar de tudo, a administração florestal da região tem, dentro da suas limitações, dado seguimento a algumas acções planeadas e desenvolvidas a nível nacional, nomeadamente nas campanhas de informação sobre prevenção de incêndios, apoio às escolas e outras actividades de prevenção. Porém, no que respeita a trabalho junto dos produtores florestais, não tem sido feito mais nada senão dar seguimento aos aspectos relacionados com a aprovação e fiscalização de projectos apoiados pelos fundos comunitários.

## 5. A necessidade de ordenamento na floresta

Partindo do pressuposto de que a floresta é, apesar de privada, um bem comum, o estado tem obrigação de intervir na salvaguarda desse valor comum. Por outro lado, o valor comum da floresta não se pode dissociar do valor económico que esta representa para os seus proprietários. Se atendermos à especificidade da produção florestal, nomeadamente à distribuição dos rendimentos da floresta ser diferente dos da produção agrícola e aos grandes investimentos exigidos para a implantação da floresta, e ainda ao grande período de tempo de espera para recuperar o investimento. Se atendermos ainda aos factores socioeconómicos, como a idade avançada da maioria dos proprietários, e a sua incapacidade financeira para investir na suas propriedades florestais, pensamos que o desenvolvimento da floresta, e por conseguinte, a salvaguarda dos interesses comuns da sociedade em geral, não poderão ser alcançados através da execução avulsa de projectos de florestação ou beneficiação, totalmente desenquadrados de qualquer plano regional.

Deste modo, o ordenamento florestal afigura-se como o caminho a seguir, segundo uma perspectiva do desenvolvimento florestal da região. Porém, relativamente ao ordenamento florestal, surgem-nos novas questões: será possível proceder-se ao ordenamento da floresta privada sem a participação dos proprietários no processo? Serão os proprietários individualmente capazes de participar no processo? Ou terão de se organizar e se fazer representar pelas respectivas organizações?

Assumindo, de acordo com o que já é comum ouvir-se, a indispensabilidade da organização dos pequenos produtores florestais, vamos continuar a esperar (como até aqui) que ela surja espontaneamente? Ou será o Estado que, entendendo e sentindo melhor a importância de tais organizações, irá dar o primeiro passo?

## 6. Extensão florestal e a organização dos pequenos proprietários florestais

A necessidade de organização dos proprietários é, frequentemente, referida pelos técnicos e cientistas que abordam o tema do desenvolvimento florestal, fazendo com que se aceite como pressuposto que não será possível proceder ao ordenamento da floresta privada sem que os proprietários se organizem por forma a participarem nesse dito ordenamento. Por outro lado, de acordo com o trabalho de investigação que temos vindo a desenvolver nesta área, temos fortes indícios de que os próprios proprietários têm consciência de que, individualmente, pouco mais poderão fazer pela floresta além do que tem sido feito até aqui. Daqui se conclui da importância de se desenvolverem estudos sobre as potenciais formas de organização entre os proprietários.

Ao mesmo tempo, os proprietários manifestam expectativas positivas duma intervenção do Estado favorável aos seus desígnios do desenvolvimento da floresta privada, nomeadamente através da informação técnica, de instrumentos de apoio directo à actividade e da tentativa de debelar o problema dos fogos florestais.

Apesar dos proprietários reconhecerem a importância de se organizarem, o que se passa na realidade é que não existe qualquer associação, cooperativa florestal ou outra forma organizativa na região. Se a este facto aliarmos a expectativa que os proprietários depositam numa provável intervenção do Estado, no

sentido de apoiar os pequenos proprietários florestais, ficará desenhado um quadro que nos leva a pensar que será pouco provável que os proprietários se venham a organizar sem o apoio de um serviço de extensão particularmente vocacionado para o efeito. Assim, podemos tomar este objectivo como ponto de partida para a organização de um serviço de extensão. Contudo, o serviço de extensão florestal que urge criar para a Zona do Pinhal Sul, deverá ser entendido segundo uma forma mais alargada, em função dos demais factores que poderão condicionar o ordenamento florestal, conforme ilustra a figura 2.

Dadas as particularidades que envolvem a actividade florestal, e a floresta como propriedade, somos da opinião de que em vez de se preconizar um modelo de organização para o serviço de extensão, será mais profícuo, nesta fase, discutir as dimensões que o caracterizarão. Deste modo, e segundo Garforth (1994), são nove as principais dimensões que poderão caracterizar um serviço de extensão, às quais podem ser atribuídos valores numa escala de 1 a 5 entre os dois pólos opostos de cada dimensão.

A chave apresentada corresponde à nossa opinião sobre como o serviço de extensão florestal na Zona do Pinhal deveria actuar. Ao desenvolvermos este raciocínio, partimos do pressuposto de que a extensão agrícola continuará dissociada da extensão florestal, não obstante o facto de poderem vir a actuar de forma integrada.

Passando à leitura da chave, e discutindo algumas das dimensões em causa, podemos então dizer que o serviço de extensão a criar deverá:

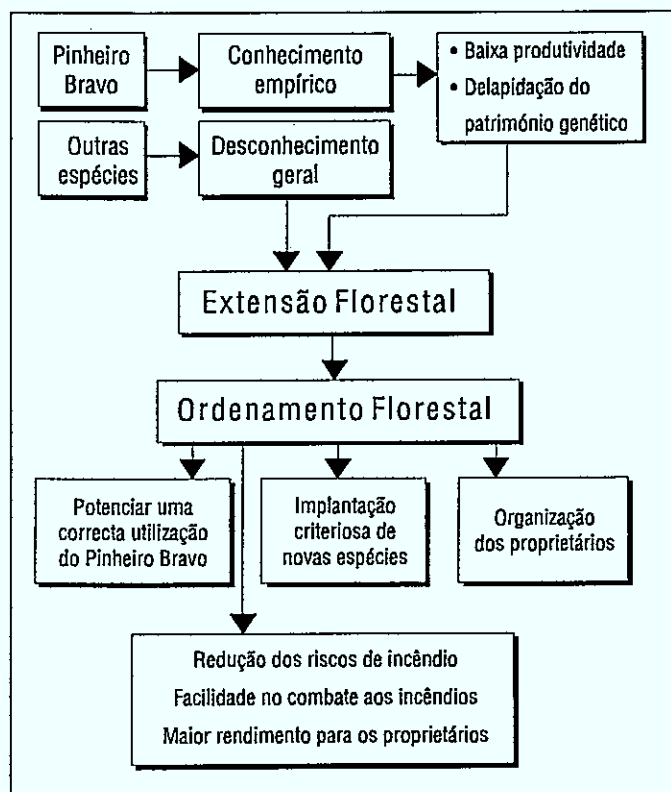


Fig. 2 - Enquadramento do Serviço de Extensão com o Ordenamento Florestal na Zona do Pinhal Sul

- estar fundamentalmente orientado para todos os produtos florestais, e nunca apenas para o pinheiro bravo;
- atendendo a que praticamente todos os agricultores têm propriedade florestal, o serviço de extensão florestal deverá abarcar quase todos os agricultores da região;
- o serviço de extensão florestal deverá ter como objectivos, não somente os aspectos relacionados com a exploração da floresta, mas também aqueles relacionados com a preservação e uso da mesma;
- embora o serviço de extensão possa servir para impôr o cumprimento de determinadas regras, julgadas indispensáveis à correcta gestão da floresta, deverá fundamentalmente assumir funções de formação e consciencialização dos proprietários, podendo estes desenvolver em comum algumas das regras a implementar;
- a orientação principal do serviço de extensão deverá ser a organização dos proprietários. Contudo, serão também necessárias actividades de “transferência de tecnologia”;
- o trabalho de extensão deverá recair tanto sobre indivíduos como sobre grupos. Podemos pensar que, numa primeira fase, será talvez de privilegiar o contacto individual com potenciais *leaders*, até à criação de grupos, passando-se, numa segunda fase, a privilegiar o trabalho com grupos;

Dimensões	1	2	3	4	5
A Apenas um produto específico		x			Generalidade dos produtos
B Produção Agrícola ou Animal	x				Todas as produções da exploração
C Grupos alvo				x	Todos os agricultores
D Somente a actividade produtiva		x			Todas as actividades da família
E Obrigação de cumprir regras				x	Formação, educação
F Trabalhar individualmente			x		Trabalhar com grupos
G Transferência de tecnologias				x	Organização dos agricultores
H Pagamento pelo cliente					Serviço gratuito
I Informação e divulgação				x	Fornecer factores de produção

- pelo menos nos primeiros anos, até se formarem associações de proprietários que atinjam bons níveis de funcionamento, e apresentem capacidade económica para contribuir financeiramente para o serviço de extensão, pensamos que deverá ser o Estado a financiar o serviço de extensão;
- os serviços além da informação e apoio técnico que possam ministrar, poderão também fornecer factores de produção, nomeadamente sementes, plantas e maquinaria florestal.

Em termos de conclusão, resta-nos referir que com este trabalho, esperamos estar a contribuir para confirmar a importância e a urgência de se criar um serviço de extensão florestal na Zona do Pinhal Sul, bem como clarificar sobre o enquadramento do referido serviço de extensão relativamente ao ordenamento florestal. Ao mesmo tempo, sem pretender

indicar ou desenhar qualquer modelo de extensão, optamos por encetar uma primeira abordagem sobre as dimensões segundo as quais esse serviço se deverá organizar.

## 7. Referências Bibliográficas

- Almeida, Celestino A. M. (1995). Implementação do Programa de Acção Florestal Sul. Relatório de trabalho de investigação financiado pelo British Council. Escola Superior Agrária de Castelo Branco: Castelo Branco, 25pp.
- DGF, (1992). "Anuário da Direcção Geral das Florestas". Lisboa: Direcção Geral das Florestas: Lisboa
- Garforth, Chris (1994). Interpretations of Extension. Discussion Paper. AERDD, Univeristy of Reading, 20pp.
- IF (1994). "Anuário Florestal". Instituto Florestal: Lisboa.

\* Professor Adjunto da Escola Superior Agrária



**NOVO CURSO  
da ESACB**

# Engenharia Rural

**Tem como objectivo formar técnicos de Engenharia Rural com formação específica nas áreas de construção de infraestruturas rurais, da mecanização de actividades agrícolas, pecuárias e florestais e da gestão e conservação dos recursos envolvidos, orientados para a promoção da modernização e desenvolvimento rural sustentado.**